

Inquérito - Saída para a crise

Publicação: [O Mundo em Português Nº59](#)

Data de Publicação: Agosto/Setembro de 2005

Os resultados dos referendos em França e na Holanda mergulharam a União Europeia numa crise política cuja superação ainda é pouco clara. O Mundo em Português perguntou a alguns estudiosos das questões europeias de que forma a União poderá sair desta crise política e que tipo de soluções poderão ser adoptadas?

Manter o impulso da integração

Maria Karasinska-Fendler . Instituto Europeu, Lódz

Antes de mais, muita coisa poderia ter sido feita antes de a Convenção terminar, no domínio da informação ao público, da política de comunicação, da explicação das razões para a Constituição, por exemplo. Agora que o erro está feito, devemos pensar positivamente. Há que manter o impulso da integração já alcançada e minimizar os riscos de estrangulamento da agenda, de descontinuação de futuros alargamentos e das políticas internas.

O primeiro passo é demorar algum tempo a tentar compreender melhor as razões que são comuns a todos os Estados membros para responderem «não» à Constituição. Algumas das razões poderão ser específicas de cada Estado membro, mas há motivos que são comuns a todos.

O segundo passo é olhar de forma tranquila e astuta para o novo factor organizacional de modo a quebrar a inércia – porque há de facto um risco de inércia, de nada se fazer – e a cessar as emoções negativas em relação à França e à Holanda. É altura de se fazer um trabalho ponderado sobre os projectos relacionados com os problemas do emprego e da juventude. Não faz sentido continuar o processo de ratificação porque iria criar mais divisões entre países e, dentro de cada país, entre diferentes segmentos da sociedade – entre os que apoiam e os que não apoiam a Constituição. De forma a evitar ainda mais divisões, é melhor pensar positivamente e iniciar um trabalho intensivo sobre cada questão em particular. Isto é o que podemos ainda salvar da Constituição.

A renegociação do tratado não está totalmente fora de questão, mas penso que não traria qualquer resultado positivo. O risco de aprofundar as divisões é demasiado elevado e é melhor evitar mais divisões. O melhor é parar um pouco, congelar o processo e depois de uma análise profunda às razões do «não» é necessário mobilizar os cidadãos. Na minha opinião, a Comissão deveria emitir uma nova proposta construtiva, que tivesse o apoio dos países mais pequenos. Estou a pensar por exemplo num cenário espanhol, com Zapatero a ter um papel significativo, mas isto deverá demorar algum tempo.

Melhorar o que já existe

Ramón Torrent . Universidade de Barcelona

A União Europeia é o processo de integração regional mais avançado dos tempos modernos. Tem um passado cheio de êxitos, e por isso teríamos que fixar como prioridade, em vez de pretender avançar muito em direcção ao futuro e cogitar sobre os fracassos, cuidar do que temos neste momento. Assim sendo, teríamos de pensar o que fazer com base naquilo que existe. E podem fazer-se duas coisas.

Em primeiro lugar, modificar os tratados – pode melhorar-se bastante o funcionamento institucional da UE – e, em segundo lugar, podem melhorar-se também as políticas. Dois exemplos, um institucional e outro político. Do ponto de vista institucional, um dos grandes problemas de funcionamento que a UE tem, neste momento, em matéria de relações externas, sobretudo, é a perda de confiança entre a Comissão e o Conselho, que são as duas instituições que fazem a política externa. Para restabelecer a confiança entre a Comissão e o Conselho não é necessária nenhuma revisão do Tratado. Ou melhor, podem modificar-se os Tratados, mas isto não resolveria o problema. O que falta é outra maneira de se fazerem as coisas e uma mudança nos modos de funcionamento e nas práticas que geraram esta falta de confiança. Isto seria aquilo que chamei de varrer e limpar um pouco a casa.

Em matéria de política, e falando sempre de relações internacionais, é perfeitamente possível, na base dos Tratados actuais, que as relações UE-América Latina, por exemplo, funcionem muito melhor. Trata-se simplesmente de ter um pouco de imaginação, de ser realista, modesto e em vez de se lançar na redacção de declarações que falam de todo o divino e o humano e que não têm nenhum efeito prático sobre a realidade, concentrar-se em cinco ou seis coisas modestas, mas estratégicas, bem orientadas, que sejam úteis e melhorem as relações UE-América Latina. Para isto

também não é necessário reformar os Tratados. Portanto, quanto mais cedo os implicados e aqueles que têm de decidir perceberem que o melhor que têm a fazer, ou a única coisa que podem fazer, é isto, tanto melhor.

Por outro lado, o divórcio entre os cidadãos e os seus governantes começa com o divórcio que existe no plano das políticas nacionais. Seria um milagre que as políticas nacionais corressem mal e a política europeia corresse bem, porque de certa forma a política europeia é o reflexo, o resultado da confluência das políticas nacionais. Pretender resolver o problema do divórcio entre os cidadãos e os governantes no plano europeu é começar a casa pelo telhado. Se os governantes estão preocupados com o divórcio dos seus cidadãos e da sociedade civil que comecem pelo plano que conhecem melhor, que é o das políticas nacionais. Se eles restabelecerem a confiança dos cidadãos e dos votantes no plano nacional, isto melhorará o que acontece no plano europeu. Mas isto não é uma prioridade europeia...

Nós surpreendemo-nos com o «não» francês, mas não nos surpreenderíamos tanto se fizéssemos uma conta: se pegarmos nos resultados da primeira volta das últimas eleições presidenciais em França e somarmos os votos que obtiveram os candidatos de todos os partidos representados no Parlamento, veremos que o resultado não chega a 50% dos eleitores. Ou seja, em França, numa primeira volta das eleições presidenciais, todos os partidos juntos foram incapazes de levar às urnas, votando diferenciadamente em cada partido, cerca de 50% do censo eleitoral. Claro que deste ponto de vista não é nada estranho que tenha havido um «não». Isto é perfeitamente coerente com a defesa de que o «não» francês foi um «não» informado sobre a Constituição. O que agora fizeram os cidadãos em França e na Holanda foi votar «não» a um processo político complexo, europeu e nacional.

Recuar... para avançar

Christopher Hill . Universidade de Cambridge

Num conjunto democrático como o da União Europeia, o termo «crise» está ultrapassado. As dificuldades actuais correspondem, sem dúvida, a uma crise no sentido clássico de uma encruzilhada – temos de escolher entre avançar num sentido ou noutro, e o status quo não é uma opção – mas esta não é uma crise no sentido histórico que está associado a 1939 ou à Crise dos Mísseis de Cuba, de 1962. Felizmente, mesmo que no curto prazo não se resolva esta crise, nada de terrível ou dramático irá acontecer. De facto, a UE continuará a funcionar na base das regras e instituições existentes.

Dito isto, as consequências de longo prazo da inacção, ou do fracasso, poderão ser graves, com as políticas comuns a perderem reputação e as instituições a funcionarem cada vez pior. Ainda para mais, os votos negativos em França e na Holanda expuseram profundos descontentamentos e incertezas que, durante os últimos dez anos, têm sido muito prontamente varridos para debaixo do tapete, como o alargamento e a assunção demasiado optimista de que o alargamento e o aprofundamento podem progredir em paralelo. Estas questões devem agora ser resolvidas.

A melhor forma de avançar é recuar um pouco. Ou seja, aceitar que o Tratado Constitucional não pode ser ratificado tal como está e separar as suas componentes centrais, por exemplo: 1. princípios gerais; 2. melhorias nas disposições de voto por maioria – os mecanismos necessários para fazer com que a União funcione mais fluentemente; 3. os aspectos de política externa: o ministro dos Negócios Estrangeiros, a cláusula de solidariedade, a personalidade jurídica, o serviço de acção externa – por outras palavras, as implicações que os procedimentos decisórios da Europa têm para o seu papel no mundo, e vice-versa.

Estas três secções poderiam ser sujeitas a novos procedimentos de ratificação, com os Estados/eleitores a serem convidados a emitir uma opinião separada sobre cada uma. É muito improvável que as duas primeiras sejam rejeitadas, e se a terceira fosse, então não seria de facto a altura certa para um avanço destes. Mas a questão dos princípios poderia ser também importante. O debate actual sobre uma Europa mais «social» versus mais «flexível» poderá conduzir-nos à reformulação do texto de algumas partes do Tratado. Pelo menos, o debate deverá ajudar-nos a atingir um eventual consenso sobre o tipo de solidariedade europeia que queremos. Se levar algum tempo a conseguir-lo, que seja.

Deveria também existir, paralelamente a este processo, debates muito mais abertos e francos sobre o processo, um tanto ou quanto obscuro, de construção de uma dimensão militar para a UE (no qual o Reino Unido tem estado, ironicamente, na vanguarda, mas desejando simultaneamente limitá-lo) e do alargamento. Este é o momento para resolver a questão das fronteiras da UE, e depois de se decidir sobre isso, ajudar a construir relações positivas, construtivas com aqueles Estados que serão inevitavelmente excluídos, mas que queremos, mesmo assim, ajudar e de forma alguma alienar.

Esta agenda é bastante ambiciosa, mas não temos opção. O auto-engano intelectual e político, se não mesmo a desonestidade, do período que se seguiu ao fim da Guerra Fria, deixou-nos num caos. Devemos definitivamente confiar nos eleitores europeus,

envolvendo-nos em debates mais transparentes e responsáveis. Os resultados poderão ser surpreendentemente construtivos.

Esperar por novas lideranças

Udo Diedrichs, Wolfgang Wessels . Universidade de Colónia

Podem distinguir-se cinco opções: 1) enterrar a Constituição; 2) enveredar por uma engenharia institucional pragmática para salvar o que pode ser salvo sem a Constituição; 3) congelar o processo constitucional; 4) continuar a ratificação e 5) reunir uma nova Assembleia Constitucional.

A ideia de enterrar a Constituição significaria que os líderes políticos da Europa iriam entender o «não» nos referendos francês e holandês como um golpe fatal à ideia de dotar a Europa de uma constituição, tal como reflectiria uma inquietação muito mais ampla e central em relação à UE como um todo (o euro ou o alargamento iriam ser os próximos candidatos à condenação pública). Mas mesmo que fosse possível salvar a UE como um todo, as aspirações mais ambiciosas tornar-se-iam irrealistas, dando azo a uma abordagem politicamente minimalista no que diz respeito à integração.

Como segunda solução, seria perfeitamente concebível uma procura de medidas de compensação extra-constitucionais, que procurariam introduzir reformas pela porta das traseiras, através das clássicas conferências intergovernamentais ou dos acordos interinstitucionais. Desta forma, um aprofundamento cauteloso e gradual do Tratado de Nice representaria uma tarefa quotidiana para a UE, conduzindo por vezes a soluções insatisfatórias, mas, à falta de melhor, a UE teria de aprender a viver com isso.

Uma terceira solução prevê um congelamento do processo de constitucionalização para evitar um efeito de contágio, que conduziria a níveis de rejeição ainda mais elevados noutros países da UE; os Estados membros esperariam até que se alcançasse uma situação política e económica mais adequada, o que facilitaria a ratificação do Tratado Constitucional daqui a uns anos. Com novos governos em França, no Reino Unido e na Alemanha por volta de 2007, poderia tornar-se mais fácil «vender» o produto ao público, e arriscar um novo esforço de ratificação.

A quarta opção baseia-se na convicção de que a Europa não deveria cometer o erro de adiar a construção da Europa, mas, ao invés, continuar o processo de ratificação na esperança de que as forças pró-constitucionais ganhem influência e forneçam ao

projecto a legitimidade tão necessária. A crise da ratificação poderia mobilizar o campo integracionista e desencadear uma forte reacção entre os apoiantes da Constituição.

A quinta opção, aparentemente a mais ousada, consiste em reunir uma Assembleia Constitucional para elaborar uma nova Constituição. O argumento de base é o de que um órgão deste tipo representaria um passo histórico que não poderia ser ignorado pelos líderes políticos e que seria a única forma credível de conferir legitimidade à UE. Uma Assembleia verdadeiramente democrática, com representantes directamente eleitos de cada Estado membro, poderia também minimizar o risco de futuras crises de ratificação. Em vez de processos de ratificação nacionais, deveria existir um referendo ao nível da UE para a adopção da Constituição. É altamente improvável que esta opção seja escolhida, mas estaria na linha de uma visão federal da Europa.

A opção mais útil é congelar o processo de ratificação constitucional por algum tempo, e esperar até que o cenário político e económico da Europa tenha estabilizado, permitindo o aparecimento de líderes mais fortes. Assim, a decisão tomada no Conselho Europeu de Bruxelas, em Junho de 2005, parece ser racional e estar na direcção certa. Se tiverem razão aqueles que consideram a Constituição como um feito histórico, mais dois ou três anos, necessários para a sua adopção, não farão muita diferença.